

NONNA

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XVI | Número 203

Evento celebra a posse do desembargador Cássio Colombo



Desembargador Cássio Colombo Filho durante cerimônia de ratificação de posse

Conciliação Resolve

Campanha promovida pelo TRT-PR teve seu lançamento no dia 25 de junho, no Fórum Trabalhista de Curitiba.

► PÁGINA 7

Novos magistrados no TRT-PR

Nos meses de maio e junho, seis juízes tomaram posse, sendo dois titulares e quatro substitutos.

► PÁGINA 5

Família de trabalhador indenizada

Empresa é condenada a indenizar os familiares do menor (17 anos) que sofreu acidente de trabalho.

► PÁGINA 6

Planejamento Estratégico

A administração do TRT-PR, preocupada com a prestação jurisdicional, organizou, pela Secretaria de Planejamento Estratégico, um treinamento que pretende capacitar cerca de 900 servidores da Capital e Região Metropolitana. São 20 horas de treinamento em Gestão Estratégica. Os módulos são sequenciais e, quando finalizado o encontro presencial, se dará início ao módulo EAD.

A primeira turma do encontro presencial contou com a palestra do juiz auxiliar da presidência Marlos Augusto Melek. Em sua apresentação o magistrado abordou as 3 diretrizes básicas do atual Plano de Gestão do TRT-PR: garantia da duração razoável do processo, potencialização da efetividade dos provimentos judiciais, promoção da saúde ocupacional interna. Para o magistrado, "o planejamento deve olhar para o todo, sem perder de vista os detalhes, para que nós possamos ver todas as nuances do trabalho no TRT".

Dando continuidade as palestras sobre planejamento estratégico, o diretor da SEPEGE (Secretaria de Planejamento Estratégico, Gestão e Estatística), Eduardo Silveira Rocha apresentou exposição sobre a importância do planejamento no Tribunal. Afirmou que, em 2014, o planejamento será reformulado e os servidores serão ouvidos para atualização do plano. As ideias do plano que serão executadas podem ser dos servidores, que terão canal direto com a presidência do Tribunal.

O mapa estratégico possui onze objetivos, como a melhoria organizacional e qualidade de vida, prever recursos tecnológicos para atender demandas institucionais, comprometer as pessoas, aperfeiçoar canais de comunicação, entre outros.

Visita ao TRT do Paraná

Em 5 de junho, o vice-presidente do TRT-PR, no exercício da presidência, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, recebeu a visita institucional do magistrado José Hortêncio Ribeiro Júnior, juiz auxiliar do presidente do TST e do CSJT, ministro Carlos Alberto Reis de Paula. O juiz veio conhecer o sistema e-GAB, desenvolvido pelo TRT-PR. Ele acompanhou o uso do sistema no gabinete da desembargadora Eneida Cornel e também na sessão de julgamento da 3ª Turma, presidida pela desembargadora Neide Alves dos Santos.

Também participou do encontro o presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT-PR (CGTIC) e do Comitê Regional do PJe-JT, desembargador Ubirajara Carlos Mendes. "A partir de agora, o TRT-PR irá participar ainda mais do esforço nacional para evolução do sistema PJe-JT, e espera-se que várias funcionalidades do e-GAB estejam aprimorando esse aplicativo ainda no presente exercício", afirmou o magistrado.



O Juiz José Hortêncio Ribeiro Júnior foi recebido por desembargadores do TRT-PR



O juiz auxiliar conhece o sistema e-GAB, desenvolvido pelo TRT-PR

Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Vice-Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Corregedor Regional:

Desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior

Diretor-Geral:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretária-Geral da Presidência:

Angelica Maria Juste Camargo

Secretária-Geral Judiciária:

Ana Cristina Lavalle

Secretária do Tribunal Pleno

Orgão Especial e Sessão Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessoria de Imprensa e

Assessoria de Comunicação Social

Jornalistas responsáveis:

Gilberto Bonk e Luiz Munhoz

Redação:

Gilberto Bonk, Luiz Munhoz e Nelson Copruchinski

Estagiários:

Hélio Hattori, Juliana Herrera, Lucas Karas, Luciana dos Santos e Tatyana Bassa

Fotografia:

Gilberto Bonk, Hélio Hattori, Inara Passos, Thyrsa Wolk e Luiz Munhoz

Revisão:

Gilberto Bonk, Luiz Munhoz e Nelson Copruchinski

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

700 exemplares

Disponível no site do TRT

www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Adescrym

Missão do TRT-PR

"Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão".

Visão do TRT-PR

"Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista".

Sugestões de matérias

Assessoria de Comunicação Social

Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar

CEP 80.420-010 - Curitiba-PR

Fone: (41) 3310-7309

ascom@trt9.jus.br

Celebração da posse do desembargador Cássio Colombo Filho



Sra. Noeli Colombo, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão e Cássio Colombo e Sra. Letícia da Costa Maia Colombo

A solenidade de celebração de posse do desembargador Cássio Colombo Filho ocorreu no dia 14 de junho, no auditório Pedro Ribeiro Tavares, localizado no edifício sede do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. A cerimônia foi conduzida pela presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão.

O homenageado foi recepcionado na Sala de Sessões pelo decano do Tribunal, desembargador Tobias de Macedo Filho. Momentos depois, Cássio Colombo Filho recebeu a entrega das mãos de sua mãe, a senhora Noeli Colombo.

Em seu discurso, o desembargador recordou sua trajetória de mais de 20 anos de magistratura. Afirmou que, após esse período considera-se um magistrado diferente. “Sou bem mais ponderado”, ressaltou. Sobre a árdua tarefa do magistrado, declarou que “uma atividade que toma tanto tempo, tem que ser realizada com leveza para não se tornar um fardo pesado. Não é tão difícil quando se gosta do que se faz”. Também afirmou que, no tempo presente, o juiz necessita de habilidades diferentes, incluindo

informática. Novos sistemas eletrônicos de tramitação de processos que precisam de ajustes, como o PJe-JT, são desafios que serão superados. “Com astúcia, conseguiremos conciliar os primados das garantias do processo com a eficiência dos meios da informática”.

Por fim, o desembargador Cássio Colombo Filho ressaltou que atualmente o exercício da jurisdição é diferente. O trabalho é compartilhado com servidores, assessores e assistentes. “A jurisdição não pode ser exercida solitariamente. Vejo distante aquela figura do juiz solitário, encastelado em seu gabinete. O estudo é pessoal, a decisão é fruto de reflexão e construção de seu estudo aliado à sua experiência de vida. Mas a conclusão de sua atividade é em equipe”.

“Existem cargos que procuram os homens, mais até do que são por eles procurados. Sua ascensão ao Tribunal tem essa marca”, declarou a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, em sua homenagem ao desembargador Cássio Colombo Filho. “Não hesito em afirmar minha plena convicção de que prosseguirá escrevendo com brilho e maestria sua história nesta Casa, com as qualidades que alia a um espírito democrático manifesto – e que se traduz nas decisões colegiadas de que participa desde as primeiras convocações”, completou a magistrada.

Compuseram a Mesa dos trabalhos, além da presidente, o vice-presidente da Câmara Federal, deputado federal André Vargas, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Fernando Eizo Ono, o representante do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, desembargador Victor Luiz dos Santos Laus, o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho da 9ª Região, procurador Ricardo Bruel da Silveira e o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, o diretor tesoureiro Oderci José Bega.

Gilberto Bonk



Familiares e amigos do desembargador Cássio Colombo Filho prestigiaram a solenidade

Centro de Memória completa 3 anos



O Centro de Memória está localizado no prédio histórico do TRT-PR, situado à Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528

Em 17 de junho, o Centro de Memória da Justiça do Trabalho do Paraná completou três anos de atividade. No discurso de inauguração do museu, o desembargador Ney José de Freitas, então presidente do TRT-PR, ressaltou a relevância da memória para as instituições. "Nós temos os registros em áudio das primeiras sessões realizadas no Tribunal, em 1976, uma coleção fotográfica extremamente importante, praticamente toda ela já digitalizada, e os móveis das primeiras unidades judiciárias paranaenses. Essa parte da memória interna do TRT será disponibilizada à comunidade, assim como aquela parte do acervo que abrange mais amplamente a sociedade e que ficará disponível a todos os interessados na pesquisa científica."

► **ACERVO** - O acervo do Centro de Memória inclui autos de processos, fotografias, vídeos, móveis e objetos que no passado fizeram parte do cotidiano desta Justiça, restaurados e preparados para o uso da comunidade. Na exposição permanente, consta acervo particular doado por magistrados e servidores aposentados.

► **EXPOSIÇÃO** - Além do acervo permanente, o Centro de Memória realiza exposições temporárias com temas relacionados ao trabalho. Até o momento já foram organizadas mostras sobre os trabalhadores portuários, ferroviários e da construção civil. Desde março deste ano, está aberta à visitação a mostra "Os trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho". A atual exposição conta com 24 autos de processos trabalhistas, do período de 1979 a 1984, oriundos da então Junta de Conciliação e Julgamento de Cornélio Procópio - tendo trabalhadores das mais diversas atividades agrícolas como partes.

► **SEMANA DE MUSEUS** - O Centro de Memória participou das 11ª e 12ª Semanas de Museus em 2012 e 2013. Dentre as diversas atividades programadas para os dois eventos, foram realizadas três palestras. No ano passado, o professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Rinaldo José Varussa, proferiu conferência sobre o tema "Processos ju-

diciais trabalhistas e a pesquisa em História". No evento deste ano, o desembargador aposentado Pretextato Pennafort Tabora Ribas Neto (presidente do TRT-PR / gestão 1997-1999) falou sobre os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho. Em 2013, o professor da Faculdade de Direito da UFPR, Luís Fernando Lopes Pereira - doutor em História Social (USP/SP) - proferiu palestra sobre "Museu e Memória - Trajetória e Desafios".

► **UEM** - Em março de 2012, o Centro de Memória começou a efetuar o inventário de processos históricos da década de 1930 em diante, que haviam sido cedidos à Universidade Estadual de Maringá. O empréstimo teve a finalidade de fomentar a pesquisa, de acordo com a Resolução Administrativa 65/1990, de 3 de julho daquele ano. Os respectivos autos trabalhistas, cerca de 134 mil, são oriundos das então Juntas de Conciliação e Julgamento de Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá e Londrina. A devolução está acontecendo em levadas periódicas. No laboratório do Centro de Memória, esse material que retorna é todo higienizado e inventariado. Até agora já foram resgatados cerca de 65 mil autos.

► **BALANÇO** - Nesses três anos, o Centro de Memória recebeu a visita de aproximadamente dois mil estudantes, acompanhados de seus professores, com o intuito de conhecer de perto a realidade do Judiciário Trabalhista. Em sua página, no site do Tribunal, foram disponibilizadas mais de 10 mil fotografias de eventos realizados desde a instalação do TRT-PR. Também estão disponíveis na internet cerca de 400 autos de processos desde o ano de 1936, quando as Juntas de Conciliação e Julgamento (Varas do Trabalho) eram então vinculadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

► **VISITAÇÃO** - O horário de funcionamento é das 10h às 19h, de segunda a sexta-feira. Contato: memorial@trt9.jus.br ou pelos telefones (41) 3310-7741/3310-7715.

Nelson Copruchinski, com informações do Centro Memória

Seis juízes tomam posse no TRT-PR



► SANDRA CRISTINA ZANONI CEMBRANELLI CORREIA

No dia 14 de junho, tomou posse como Titular da Vara do Trabalho de Paranavaí, em decorrência de processo de promoção por antiguidade. Formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Sandra Correia ingressou na carreira em janeiro de 1999 no TRT-4ª Região (RS). É especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Faculdade Arthur Thomas e em Economia pela Unicamp. Foi diretora de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social da AMATRA IX no biênio 2010/2012.

► LUCAS FURIATI CAMARGO

Aprovado no XXIII Concurso Público da Magistratura Trabalhista Do Paraná, tomou posse em 12 de junho como juiz do trabalho substituto. Declarou que “este momento é o fim de uma trajetória e o início de uma batalha. Foi um período de muito estudo, mas com o apoio de familiares e amigos. É com felicidade e de braços abertos que pretendemos iniciar a nova carreira, certos de que teremos a compreensão dos magistrados mais experientes”.

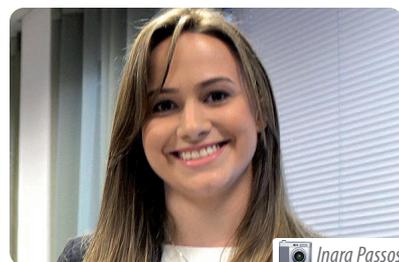


► LARA CRISTINA VANNI ROMANO

Também aprovada no XXIII Concurso Público da Magistratura do Trabalho do Paraná. Em 12 de julho, tomou posse como juíza do trabalho substituta. A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, lembrou que o trabalho que aguarda a nova magistrada é árduo, pois “a sociedade da informação extingue e reinventa, em prazos cada vez menores, relações jurídicas cujo grau de complexidade e detalhamento está em constante mutação, gerando conflitos inauditos”, declarou a desembargadora.

► THAÍS CAVALHEIRO SILVA

Igualmente aprovada no XXIII Concurso Público da Magistratura do Trabalho do Paraná. Em 20 de julho, tomou posse como juíza do trabalho substituta. “É a materialização de um sonho que se iniciou ainda antes da faculdade, quando frequentava as dependências deste Tribunal, e que contou com o apoio incondicional da minha família”, declarou Thaís Cavalheiro, logo após assinar o termo de posse. O ato solene contou a presença de servidores, juízes, desembargadores e parentes da nova juíza.



► FABRICIO SARTORI

Em 29 de maio, tomou posse como Titular da 2ª Vara do Trabalho de Cascavel, em decorrência de processo de promoção por merecimento. Em seu discurso de posse, agradeceu o apoio de magistrados e familiares, ressaltando o companheirismo e compreensão da esposa e dos filhos. Declarou que “é uma honra ter o privilégio de ser empossado pela terceira vez nesta sede: a primeira como auxiliar judiciário, a segunda como juiz substituto e agora como juiz titular”.

► MARCELLO DIBI ERCOLANI

Investido no cargo de Juiz Substituto em 28 de junho, em decorrência de processo de remoção do TRT-RS. Natural de Santa Maria-RS, ingressou como servidor da Justiça do Trabalho do Paraná em 1995, onde atuou por 12 anos. Em 2002, concluiu o curso de Direito nas Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu-PR. Iniciou sua carreira na magistratura em 2008, no TRT-SP. Em 2009 transferiu-se, por permuta, para o TRT-PR. Posteriormente, atuou no TRT-RS. Agora retorna ao Regional paranaense.



DECISÕES EM DESTAQUE

Empresa terá que indenizar família de trabalhador morto

Processo TRT-PR - 01022-2012-026-09-00

Empresa que atua na área de laminados, em ação originada em União da Vitória, foi condenada no TRT do Paraná a pagar indenização por dano moral no valor de R\$ 200 mil e pensão mensal no valor do piso salarial da função exercida, até a data em que o menor empregado completaria 21 anos. A decisão tem origem na morte de adolescente que teve sua cabeça prensada contra rolo do torno, quando auxiliava trabalho de centralização de toras de madeira.

Conforme a sentença de primeiro grau, o menor, à época com 17 anos, tinha sido contratado como servente e, no dia do acidente, estava trabalhando em um equipamento que utilizava produtos de elevado peso, "tendo-se em mente que o contra rolo do torno (cilindro comprido) comprime a madeira, sob forte pressão, para auxiliar a faca do torno na laminação da tora".

De acordo com a decisão, não foi obedecida a regra do Decreto 6.481/2008, que veda o trabalho de menor em máquinas, nem a Convenção 155 da OIT, ratificada pelo Brasil, que exige dos empregadores que "à medida do que for razoável e possível, garantam que os locais de trabalho, o maquinário, os equipamentos e as operações e processos que estiverem sob seu controle são seguros e não envolvam risco para a segurança e a saúde dos trabalhadores".

A sentença também alerta para o fato de que os programas de prevenção e cronogramas de ação, com raríssimas exceções, não são postos em prática pelas empresas, como nesse caso, em que não foram apresentadas provas de que o menor trabalhador estivesse habilitado para a função. Para garantia do cumprimento das parcelas vincendas, a sentença ainda determinou que a empresa deve constituir capital formado por bens imóveis ou aplicação financeira em banco oficial, sob pena de execução direta do valor respectivo.

A Segunda Turma, analisando o recurso, manteve a sentença. Entendeu que o menor, com 17 anos, não poderia trabalhar em atividades perigosas e que, conforme a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, estava abrangido pelo princípio da proteção integral, diante da vulnerabilidade jurídica proveniente da sua condição de adolescente. Entendeu que, na época do acidente, o menor estava trabalhando há pouco mais de três meses, período insuficiente para adquirir a experiência necessária na atividade que, de qualquer forma, ainda estava impedido de exercer.

Concluiu a Segunda Turma que o acidente ocorreu por culpa da empregadora que, de forma negligente, permitiu que o menor laborasse em atividade de risco, ainda mais sem a adoção de medidas legais preventivas.



Desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior

Correição em processo eletrônico

O corregedor regional do TRT-PR, desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior, visita anualmente cada uma das 92 Varas do Trabalho do Estado. Ele é acompanhado por servidores que o ajudam na tarefa de analisar autos de processos, escolhidos por amostragem, com o objetivo de verificar o correto andamento dos mesmos. Após as inspeções, a Corregedoria publica uma ata, relatando a situação encontrada.

A instalação do processo eletrônico agiliza os trabalhos do corregedor e sua equipe. Permite que, por meio do acesso online, ocorra uma análise prévia dos processos escolhidos. Por essa razão, não é mais necessária a presença de toda a equipe na unidade avaliada, resultando em maior rapidez nos trabalhos, além de economia de diárias aos servidores. Para o corregedor Dirceu, o processo eletrônico é um avanço para os serviços da corregedoria, e o PJe-JT, mesmo que na fase atual ainda não apresente todas as ferramentas necessárias para auxiliar as correições, no futuro será um instrumento de grande ajuda para os trabalhos.

É grande o benefício de efetuar os trabalhos a distância, mas o desembargador destaca que a presença do corregedor na unidade é indispensável, pois as inspeções abarcam também a verificação das condições das instalações das varas e do relacionamento entre juizes, advogados e servidores e, sobretudo, o contato pessoal com os inspecionados. "O corregedor tem que estar presente no local de correição, ter a oportunidade de conversar com as pessoas, ouvir as demandas, trocar ideias", afirmou o magistrado.

Gilberto Bonk

Lançada campanha "Conciliação Resolve"

A Justiça do Trabalho está de portas abertas à aproximação dos envolvidos na busca do entendimento

Em 25 de junho, no saguão do Fórum Trabalhista de Curitiba, o TRT-PR lançou a campanha "Conciliação Resolve", com o objetivo de divulgar os benefícios da conciliação, incentivando as partes e advogados a buscarem um entendimento que favoreça todos os envolvidos no processo.

Em seu discurso de lançamento da campanha, o desembargador Altino Pedrozo dos Santos, vice-presidente, no exercício da presidência, ressaltou que, desde o início, a conciliação é meta principal da Justiça do Trabalho. Declarou que "Nós magistrados temos percebido que, de uns tempos para cá, o foco tradicional, que é a judicialização do conflito, tem mudado para a conciliação. Temos constatado a ajuda dos advogados nesse intento. No entanto, precisamos melhorar cada vez mais esse mecanismo. Conciliar é o melhor caminho". Frisou que a conciliação beneficia não só as partes, mas também o Estado, para o qual o processo é demasiadamente custoso.

O objetivo de fomentar a conciliação já vem sendo priorizado no TRT-PR. Em 2007, o Tribunal instituiu o Juízo Auxiliar de Conciliação (JAC), destinado a promover acordos nos processos de 1º grau em fase de conhecimento, liquidação e execução das varas do trabalho, bem como em processos de 2º grau, antes da publicação do acórdão. O JAC realiza, em média, 20 audiências por dia, e pode ser contatado pelo telefone (41) 3310.7360 ou pelo email jac@trt9.jus.br.

A vice-presidência também promove acordos em processos em fase de admissibilidade de recurso de revista. As audiências são realizadas no Gabinete da Vice-Presidência (Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, 2º andar, centro). No interior do estado, ocorrem nas Varas do Trabalho, com a presença do vice-presidente e/ou conciliador, ou por meio audiovisual. As tentativas de conciliação na vice-presidência



Juiz Sandro Augusto de Souza, coordenador do Juízo Auxiliar de Conciliação (JAC) do TRT-PR



Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, advogado Aramis de Souza Silveira

cia decorrem de iniciativa da desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, presidente do Tribunal, no ano de 2011, quando ocupava o cargo de vice-presidente. À época, os esforços da magistrada foram saudados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que lhe conferiu o diploma de reconhecimento pela prática.

No lançamento da campanha, o juiz Sandro Augusto de Souza, coordenador do JAC, ressaltou que o Tribunal possui cerca de 194 mil processos em fase de execução e 74 mil no arquivo provisório, aos quais a Justiça do Trabalho não consegue dar andamento. Disse que "Uma maneira de chamar partes e advogados é por meio de uma ampla campanha de divulgação para informar que a Justiça do Trabalho está de portas abertas com o objetivo de aproximar os envolvidos para buscar um entendimento". Ressaltou que a importância de se conseguir que as partes saiam da audiência amigavelmente, com a consciência de que resolveram um problema. "É a Justiça do Trabalho atingindo seu objetivo de pacificação social", concluiu.

O advogado Aramis de Souza Silveira, presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, expôs que "a advocacia elogia a iniciativa do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná por promover este evento e, também, por dar instrumentos para a efetivação da conciliação, seja pela disponibilização de magistrados, efetivamente empenhados em buscar o acerto entre as partes, como também de equipamentos, de setores da estrutura da instituição, ou seja, todos os instrumentos que podem contribuir para a conciliação", expôs Aramis de Souza Silveira, presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná.

TRT-PR na I Conferência Nacional de Conciliação e Mediação

O TRT-PR esteve representado na I Conferência Nacional de Conciliação e Mediação, realizada em Brasília/DF, no dia 28/6. Estiveram presentes o vice-presidente, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, o coordenador do Núcleo de Conciliação, desembargador Luiz Eduardo Gunther, e o juiz Sandro Augusto de Souza, coordenador do JAC - Juízo Auxiliar da Conciliação. Comparceram, ainda, os servidores Ingrid Maluceli - JAC, Angélica Maria Juste Camargo - Secretária-Geral da Presidência, Edson Ito - Membro do Núcleo de Conciliação, e Willians Franklin - Assessor Jurídico.

Segundo o desembargador Luiz Eduardo Gunther, "o evento nacional mostrou a importância e os resultados da implementação do fenômeno conciliatório, bem como a necessidade de seu prosseguimento em todo o Brasil".

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Carlos Alberto Reis de Paula, enfatizou a importância da conciliação para as partes em um processo: "Nada melhor do que conciliação e negociação, quando os protagonistas do conflito encontram a solução. É como dizem os italianos: é a sentença tecida e acordada pelas próprias partes".



Servidores e magistrados representaram o TRT-PR na I Conferência Nacional de Conciliação e Mediação, realizada em Brasília

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, exaltou os esforços em prol da conciliação: "A conciliação e a mediação demonstram que o exercício da jurisdição não precisa ser necessariamente um jogo com vencedores e perdedores. Ver as partes processuais como parceiras é um dos passos mais importantes para que o Judiciário se aprimore e vença os muitos desafios que ainda precisa superar".

Luiz Munhoz

Justiça do Trabalho do Paraná e Banco do Brasil juntos na conciliação

As audiências realizadas pela Vice-presidência do TRT nos processos de sua competência, depois da publicação do acórdão pelo regional, estão encontrando apoio do Banco do Brasil, por meio de recente política de acordo nos autos em que a instituição figura como parte. Os advogados Geraldo Chamon Júnior e Renato Machado, Gerente Jurídico Regional e Supervisor Jurídico do Banco do Brasil, afirmaram que "dentro de uma política nacional de conciliação, o banco pretende realizar, no Paraná, o que convencionamos chamar de dia da conciliação. Consiste em realizar em juízo e em um dia de cada mês, à exceção dos meses de julho e dezembro, cerca de 10 audiências de acordos, concentradas em um único dia. Com foco na viabilidade dos acordos, o banco precisa programar, fazer todas as contas, por isso a

necessidade de, pelo menos, quatro semanas de antecedência", completaram os advogados.

No dia 20 de maio, na primeira das dez audiências realizadas, o Banco do Brasil, em poucos minutos, fechou acordo com um vigilante de empresa terceirizada, no valor aproximado de R\$ 65 mil. O processo já se encontrava no Tribunal Superior do Trabalho, em grau de recurso.

Segundo o advogado Rubiano Lisboa, que representava o autor, "em cerca de vinte anos, esta é a primeira vez que participo de uma tentativa de acordo de iniciativa do Banco do Brasil, instituição que não tinha por costume conciliar". Como resultado da nova política do Banco do Brasil, houve conciliação em seis das dez audiências realizadas no dia 20 de maio. Os acordos totalizaram mais de R\$ 350 mil.

Acordo firmado em 500 reais pelo Juízo Auxiliar de Conciliação do TRT-PR

Em 11 de junho, o Juízo Auxiliar de Conciliação (JAC) promoveu acordo no valor de R\$ 500,00, em processo com recurso ordinário interposto, que envolvia pequenas diferenças de horas extras decorrentes de minutos trabalhados e não pagos. Na mesma data, o JAC também promoveu acordo em valor superior a R\$ 400 mil. A realização desses acordos demonstra a importância da conciliação, independentemente dos valores dos créditos reconhecidos.

A celeridade e eficácia na resolução dos processos são metas permanentes da Administração do TRT-PR, que realiza audiências de conciliação não só no JAC, mas também na

Vice-presidência, em processos em fase de admissibilidade de recurso de revista e mesmo naqueles que se encontram no Tribunal Superior do Trabalho.

Os resultados positivos da política conciliatória do Tribunal decorrem do esforço de todos os envolvidos, partes e procuradores, servidores e magistrados de 1º e 2º grau, assegurando a efetiva prestação jurisdicional e a celeridade processual, e contribuindo, dessa forma, para a pacificação social.

O coordenador do JAC, juiz Sandro Augusto de Souza, convida todos a participarem da mobilização pela conciliação no Tribunal.

▶VICE-PRESIDÊNCIA

- Telefone (41) 3310-7489
- e-mail: conciliacao.revista@trt9.jus.br
- Alameda Carlos de Carvalho, 528, 2º andar

▶JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO

- Telefone (41) 3310-7360
- e-mail: jac@trt9.jus.br
- Av. Vicente Machado, 400, prédio anexo, 6º andar

Recursos Ordinários em PJe são julgados pela Sétima Turma do TRT

No dia 23 de julho de 2013, a 7ª Turma do TRT-PR julgou, em menos de dez minutos, os seis primeiros recursos ordinários (RO's), interpostos em processos iniciados originalmente pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico na Justiça do trabalho, o denominado "PJe-JT" como se tornou conhecido, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça.

A sessão foi instalada pelo Excelentíssimo Desembargador Tobias de Macedo Filho, decano da Corte, a quem coube relatar o primeiro Recurso Ordinário chamado à pauta, oportunidade em que discursou como Presidente da Sessão enaltecendo a importância do evento, marcado pelo significativo avanço na instrumentalização do processo.

A Excelentíssima Desembargadora Presidente do Tribunal, Rosemarie Diedrichs Pimpão, convidada, compareceu e acompanhou os julgamentos desta memorável sessão do PJe-JT, otimista com a maneira como foi conduzida a sessão, no particular. "Agradeço a honra de presidir a primeira sessão de julgamento do PJe-JT em recurso ordinário. Sempre fomos a favor desse sistema. Felizmente, chegou o momento de dar nossa contribuição para mostrar que ele de fato funciona e agradeço também à desembargadora presidente por ter confiado na Sétima Turma", disse o desembargador Tobias, em seu discurso de abertura, como presidente da Turma.

A desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão parabenizou a Sétima Turma pelo arrojo demonstrado diante de novos paradigmas. "O caminho se faz andando e essa Turma encontrou o caminho", completou a presidente.

A Sétima Turma do TRT do Paraná é composta pelos Excelentíssimos Desembargadores Tobias de Macedo Filho, Rosalie Michaela Bacila Batista (Presidente), Ubirajara Carlos Mendes e Benedito Xavier da Silva.



Inara Passos

Os desembargadores da Sétima Turma do TRT-PR durante julgamento dos Recursos Ordinários em PJe

V Encontro de Multiplicadores - Educação para o Consumo Consciente

Realizado em 6 e 7 de junho, o V Encontro de Multiplicadores do Tribunal Regional do Trabalho teve como tema a “Educação para o Consumo Consciente”. Os multiplicadores são servidores e magistrados que organizam atividades ambientais em suas unidades. O evento contou com 133 participantes.

O vice-presidente do Tribunal, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, abriu o encontro. O magistrado estava acompanhado da presidente da Comissão de Responsabilidade Socioambiental, desembargadora Ana Carolina Zaina, e do procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, Ricardo Bruel da Silveira.

Os participantes debateram sobre o consumo consciente no TRT e na sociedade em geral. Abordaram práticas socioambientais como o fim da utilização de copos descartáveis de plástico e a economia de água, combustível e energia elétrica (projeto “Pare e Pense”). O assunto relativo a compras públicas teve grande repercussão no encontro, propondo-se a aquisição de bens e serviços social e ambientalmente responsáveis, bem como a substituição de produtos refinados (açúcar, café) por orgânicos.

A desembargadora Ana Carolina Zaina destacou os



Servidora Josiane Mendes, desembargadora Ana Carolina Zaina e o palestrante Juvenal Correia Filho

avanços da administração pública quanto aos critérios adotados nas compras públicas. Afirmou que “O Tribunal está atento para a produção dos fornecedores e para o material que nos é fornecido, de modo que atenda ao tripé da sustentabilidade”. Assim, as ações da administração do Tribunal atendem não só a necessidade econômica, mas também a social e a ambiental.

Varas do trabalho de Cascavel são exemplo de acessibilidade no TRT-PR

O trabalho desenvolvido pelo Fórum de Cascavel e suas Varas para facilitar o acesso de portadores de deficiência de locomoção mereceu destaque durante o V Encontro de Multiplicadores.

Quando da apresentação das boas práticas adotadas pelas unidades do Tribunal, a servidora Rosemere Pereira mostrou a ênfase dada aos aspectos da acessibilidade às partes, advogados, população em geral e servidores de Cascavel. Explicou que “Conseguimos, junto ao Detran, que fosse colocada uma placa na entrada do Fórum, sinalizando local especial para estacionamento de veículos de pessoas com deficiência de locomoção. Na recepção, os agentes de segurança estão aptos a auxiliar as pessoas que apresentam alguma necessidade especial. Logo na entrada do Fórum, também está disponível uma cadeira de rodas para quem dela necessite. Foram feitos

rampas e corrimão adaptados. Foi instalado um bebedouro com estrutura própria para servir aos cadeirantes. Existe, ainda, nas dependências do Fórum, um elevador para atender qualquer pessoa com dificuldade de locomoção”.

Rosemere informou que no Fórum de Cascavel há dois servidores com alguma dificuldade de locomoção e dois com alteração na capacidade visual, um deles, a servidora Cleuza Pádua, é cega. Ressaltou que Cleuza conta com a ajuda do servidor Marcantonio Pereira e que, com o auxílio de um programa especial, tem acesso ao SUAP digital, o que lhe possibilita fazer intimações, mandados e despachos, além de ler petições. “Ela é realmente uma servidora inteiramente apta para o desenvolvimento de suas tarefas, com produção pelo menos igual à de qualquer outro servidor”, finalizou.

Juízes reúnem-se em Brasília pela valorização da carreira e do Judiciário

Em cinco anos, 83 magistrados pediram exoneração do cargo

O Seminário de encerramento do programa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), “Juiz Valorizado, Justiça Completa”, foi realizado em Brasília nesta terça-feira (18/6). Em sua apresentação, na abertura do evento, o conselheiro do CNJ, José Lúcio Munhoz, expôs dados preocupantes sobre o êxodo na magistratura. “Nos últimos cinco anos 83 magistrados pediram exoneração do cargo, aproximadamente 200 juízes se aposentaram precocemente com a finalidade de exercer outra atividade profissional, um número aproximado de 100 candidatos aprovados no concurso da magistratura não tomaram posse no cargo por almejar outras atividades mais vantajosas em outros segmentos, dois candidatos aprovados respectivamente em primeiro e segundo lugares no concurso para juiz federal (TRF 2ª Região) não tomaram posse”, afirmou o conselheiro.

O encontro discutiu propostas apresentadas durante cinco encontros regionais realizados anteriormente. O programa foi criado em 2012, por meio da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, para debater políticas públicas que esclareçam a importância do trabalho dos magistrados e ações que dignificam a imagem do judiciário.

“O desafio é implementar as mais de 60 proposições para valorizar a carreira, sendo que muitas atitudes esbarram na liberação de verbas”, disse o juiz Marlos Augusto Melek, Auxiliar da Presidência, que representou o TRT-PR.

O primeiro painel tratou de “Mecanismos de suporte e apoio ao trabalho judicial. Produtividade e qualidade da Jurisdição: método de avaliação e reconhecimento institucional do trabalho judicial”. Em sua apresentação, a juíza e secretária-geral da Anamatra, Noemia Aparecida Garcia Porto, afirmou que “não há justiça completa sem olharmos as questões proeminentes dos magistrados. Colocar o tema do magistrado valorizado como uma preocupação institucional e social é um tipo de preocupação que a democracia brasileira produz”. Continuando os trabalhos do 1º painel, o Ministro do STJ, João Otávio Noronha, fez um descrição do que acredita ser o novo papel do CNJ em nossa sociedade, “o principal papel do CNJ é de proteger e garantir a independência do Poder Judiciário”.

O tema do segundo painel foi “A formação ética e teórico-prática dos magistrados e os fins da Justiça. Papel das escolas da magistratura”. Como primeiro expositor, o Ministro do STJ, Luis Felipe Salomão, ressaltou a importância das escolas judiciais no contexto brasileiro. “Todas as grandes mudanças na sociedade brasileira, partiram de um conceito de boa qualificação, de boa capacitação das nossas organizações”. O conselheiro do CNJ e diretor da escola da magistratura do TRT-SP, Guilherme Calmon, expôs que “é preciso que as escolas tenham a efetiva implementação da autonomia financeira, orçamentária e pedagógica das escolas da magistratura”.

“A visão social do judiciário e a figura pública do magistrado. A participação do magistrado em ações sociais” foi o tema do 3º painel. O presidente do TJ-SP, desembargador Ivan Sartori, informou algumas ações que estão sendo realizadas com o objetivo de humanizar a administração. “Temos ouvido e prestigiado os funcionários. Também temos nos desdobrado para pagar os atrasados dos servidores”. Outro projeto comentado foi o da administração participativa. “Nós dividimos o estado de São Paulo em dez regiões e cada uma dessas regiões passa a ser uma célula administrativa, faz concurso, construções e reformas, solicitações dos juízes também são equacionadas localmente, pela própria célula, então tudo é resolvido preliminarmente pelo coordenador da região que é um magistrado”. Já em sua participação, o desembargador e ex-presidente da AMB, Cláudio Baldino Maciel, analisou as proposições regionais e afirmou que há um consenso entre os magistrados. “Existe a necessidade de uma participação mais efetiva do juiz na sociedade, que ele deixe de ser o juiz antigo que só falava nos autos, que era extremamente reservado e pouco interagia com a sociedade. Há um consenso para que o magistrado tenha uma interlocução maior com a sociedade e esse consenso é mais ou menos óbvio, pois a comunidade precisa conhecer melhor o juiz, pois esse é um instrumento de legitimação do juiz”.

O último painel abordou a “Comunicação dos tribunais e magistrados com a sociedade”. Em sua exposição, Marcone Gonçalves, assessor-chefe de comunicação do Ministério da Justiça e ex-secretário do CNJ, comentou as últimas manifestações sociais que aconteceram no Brasil, fazendo referência ao papel das redes sociais. “O Brasil mudou e vem mudando há muito tempo, as manifestações de rua são a consequência de um recado social. A sociedade mudou, então a comunicação da sociedade também precisa mudar e o Judiciário não pode esquecer de que é responsável por uma mudança segura neste país”. O jornalista comentou, ainda, que “é necessária uma estruturação estratégica, planejada, bem feita, para o trabalho de comunicação. A comunicação é uma necessidade, um direito, uma obrigação que se tem em relação a atividade fim. É necessário fazer uma gestão de imagem, para que a imagem do Poder Judiciário apareça corretamente”. Continuando os trabalhos, o desembargador Nino Toldo (TRF da 3ª Região e presidente da Ajufe) ponderou que reconhece na comunicação “um papel fundamental na atividade associativa e para o próprio Poder Judiciário. É preciso saber falar a linguagem do outro”.

 Luiz Munhoz

Terceira edição do Sarau do TRT-PR



Magistrados, servidores e convidados prestigiaram a apresentação musical de Márcio Aparecido da Cruz

O terceiro "Sarau do Tribunal" ocorreu no dia 10 de junho, no foyer do prédio sede do Regional paraense. Mais de 40 pessoas participaram, dentre magistrados, servidores e convidados.

Além dos servidores que costumeiramente participam do encontro, ao piano ou cantando, o último Sarau teve a presença do Grupo Vocal Bossa Trio, formado por Luiz Renato Bigarelli (procurador do trabalho), Rui de Carvalho e Antônio Neiva. "Gostaria de parabenizar o desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, pela iniciativa de criar o Sarau, e aos demais magistrados entusiastas desse encontro", afirmou o procurador Luiz Renato Biragelli antes de iniciar, juntamente com seus companheiros, um pot-pourri com canções de Tom Jobim e Vinícius de Moraes. O grupo apresentou, ainda, composições de João Bosco e Jorge Ben Jor.

Outro convidado do Sarau, Hélio de Menezes Peixoto, servidor aposentado do Banco do Brasil, executou peças eruditas ao piano. O Sr. Hélio costuma visitar o foyer do Tribunal no horário de almoço, especialmente para tocar piano, fato que vem chamando a atenção de magistrados e servidores, e que motivou o convite para que se apresentasse no encontro cultural.

Ainda na parte musical, estrearam no Sarau os servidores Alcione Borges dos Santos (canto e guitarra) e Márcio Aparecido da Cruz (canto e violão).

► **POESIA** - O terceiro Sarau foi além da música. Servidores poetas também apresentaram suas composições. Edson Firmino, servidor do TRT há 30 anos, lançou o livro "Encanto e Desencanto", composto por 40 poesias inspiradas na obra de Vinícius de Moraes. Duzentos exemplares foram encomendados para o lançamento da obra, que ocorreu no próprio Sarau. Edson declamou algumas de suas poesias, dentre elas, "Setembro".

O servidor Alexandre Hungria de Camargo, que costuma tocar piano no sarau, desta vez recitou poesias. Uma delas, de sua autoria, cujo título é "Conclamação ao Sarau":

*Amigos! Amigas! A justiça está desfalecida, ali na calçada!
Quedou-se e feriu-se com a própria espada! Pobre coitada da*

Themis! Quis caminhar lá fora, mas não está acostumada com as pedras tortas das calçadas da vida!

Seu salto alto fincou num desses buraquinhos infernais que derubam crianças, velhos e indigentes e todos aqueles que se aventuram lá fora com seus belos mocassins italianos. Parte dos seus olhos ficou desnuda pela queda e ela viu a realidade.

Após vê-la, Themis suplicou pela presença do Anjo do Amor e, decorrido o tempo suficiente para o exame da própria consciência e o pedido de perdão pelas almas que deixou de atender em vida, apareceu-lhe o Anjo das Artes, que lhe disse ao pé do ouvido: onde há arte, há amor. Deixo a ti Themis, um pouco de música e poesia, para que o afeto prevaleça sem que precisas cair ou perder a venda dos olhos.

Amigos e amigas, esse é o espírito do sarau. Deixemos a música e a poesia inundar de afeto o Tribunal.

A servidora Izabel do Carmo da Rosa também recitou um poema de sua autoria, "América do Sul e de Cor". A inspiração para a obra foram anotações realizadas durante uma viagem a países do continente sul-americano. Também compareceram no Sarau os desembargadores Altino Pedrozo dos Santos (vice-presidente do TRT-PR), Benedito Xavier da Silva, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca e Francisco Roberto Ermel.

Gilberto Bonk

Setembro

*Ainda me lembro
daquele setembro
que amareleceu.*

*Primavera já vinha
mas a tarde não tinha
você, nem eu.*

*Eram tristes as tardes
(agora já não arde,
só quando me lembro).*

*Esperava-a e não vinha
e morria a tardinha
do triste setembro.*

Edson Firmino